

COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – COGERH

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

I – SOBRE A COMPANHIA

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – Cogerh é uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº. 12.217, de 18 de novembro de 1993, com a finalidade de implantar um sistema de gerenciamento de oferta de Água Superficial e Subterrânea no Estado do Ceará, compreendendo os aspectos de monitoramento dos reservatórios e poços artesianos, manutenção, operação de obras hídricas e organização de usuários nas 12 Bacias Hidrográficas do Ceará. Através da informação e divulgação de dados da Cogerh para a comunidade, esta tem se tornado co-gestora dos recursos hídricos, para que possa tomar decisões coletivas negociadas, como também avaliar a política de gestão a ser implementada nas bacias.

Assim a Cogerh tem como missão gerenciar os recursos hídricos de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população. O Governo do Estado do Ceará detém o controle acionário da sociedade com participação de 99,99 % do capital votante. A Cogerh é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, sendo responsável pela operação, manutenção e monitoramento do que representa 90% da capacidade total de acumulação hídrica do Estado. Para realizar este trabalho, a Cogerh desde 1994 desenvolve ações através de seis eixos básicos de atuação, a saber:

- 1. Operação e Manutenção da Infra-Estrutura Hídrica;**
- 2. Monitoramentos dos Recursos Hídricos;**
- 3. Estudos e Projetos;**
- 4. Gestão Participativa;**
- 5. Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos;**
- 6. Desenvolvimento Institucional.**

II – SOBREA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/01, pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, e também de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios contábeis adotados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

1. Caixas e Equivalentes de Caixa

São registradas ao custo, acrescidos mensalmente pelos rendimentos auferidos. Calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. A nota de número cinco detalhará ainda mais este item.

2. Clientes

A Cogerh realiza a cobrança pelo uso da água sendo registradas na conta clientes as medições faturadas e ainda não recebidas, contabilizadas pelo regime de competência. Na nota explicativa n.º 5, detalhamos esta rubrica por categoria de cliente.

Tendo em vista ter sido verificado o alto grau de possibilidade de que não houvesse a adimplência por parte de alguns clientes, e por sugestão dos auditores independentes, a Diretoria Administrativa Financeira da Cogerh realizou um levantamento quanto aos créditos de liquidação duvidosa ficando registrado no balanço patrimonial o valor de R\$ 1.232.358 para Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de. Esta provisão foi calculado com base em faturas vencidas a mais de 1 (um) ano, excluindo-se 2 (dois) clientes que estão em negociação judicial.

3. Estoques

Corresponde a um almoxarifado de materiais de consumo e limpeza, de expediente, materiais para utilização em manutenção de estruturas hídricas, material elétrico, hidráulico e de construção, peças e equipamentos de informática e estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

4. Investimentos

Referia-se a ações correspondentes às linhas telefônicas adquiridas no início da Companhia. Eram registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para

perdas, quando aplicável. No ano de 2012, a companhia entrou em contato com a empresa Telemar Norte Leste S.A. e o Banco do Brasil S.A, com vistas a identificar se constavam ações em nome da Companhia. Com base em ofícios recebidos destas empresas, os investimentos no valor de R\$ 4.476,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis), foram baixados tendo em vista a negativa da existência de ações em nome da COGERH por parte das operadoras das ações.

5. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens mencionada na nota explicativa nº. 17.

6. Diferido

O grupo chamado "Ativo Diferido" foi extinto pela MP 449/08 que foi convertida na lei 11.941 de 2009. Conforme a lei 11.941, "o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização". Na nota nº. 18 encontram-se os registros que foram realizados ao custo de aquisição das despesas que influenciaram na formação do resultado de mais de um exercício social e que, portanto, não foram reconhecidos integralmente no exercício em que foram realizados. A amortização vem sendo realizada pelo método linear à taxa de 10%.

7. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, utilizando-se como base os índices definidos legalmente ou em contrato.

8. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis, trabalhistas e tributários, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

9. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são apresentados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

São apurados com base no lucro real anual, com recolhimentos mensais mediante estimativa ou levantamento de balancetes de redução ou suspensão, às alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação do Imposto de Renda; para a Contribuição Social alíquota de 9%. A Companhia utilizou-se ainda de incentivos fiscais como o do Programa de Alimentação do Trabalhador:

IR	VALOR
IRPJ Mensal recolhido	(179.437)
IRRF s/aplicações financeiras	(728.602)
IRRF retido por terceiros	(5.185)
IR Anual período 2011	725.142
Saldo Negativo IR	(188.082)

CSLL	VALOR
CSLL Mensal recolhido	(317.880)
CSLL retido por terceiros	(1.080)
CSLL Anual período 2011	276.323
Saldo Negativo CSLL	(42.637)

11. Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência e aos demais princípios contábeis.

III - DO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 04 - Caixas e Equivalentes de Caixa

Os saldos de disponibilidades em moeda nacional estão relacionados a seguir:

	2012	2011
Caixa e Bancos	3.878.824	4.606.822
Aplicações Financeiras	<u>35.746.153</u>	<u>30.489.986</u>
Total Disponível	39.624.977	35.096.808

O saldo em conta corrente no valor de R\$ 3.887.198,92, é decorrente a arrecadação no último dia útil impossibilitando aplicação financeira do mesmo.

Composição Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrativo abaixo, com remuneração diária e poupança, com liquidez imediata.

Recursos Próprios:

Banco do Brasil S.A.

Tipo	Modalidade	Taxa	2012	2011
FIC CP Admin Supremo	Renda Fixa	Cotas diárias	7.592	11.277
FIC LP Corporativo 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	2.292.752	2.133.279
CDB DI SWAP	Renda Fixa	98% CDI	-	2.233.633
CDB DI	Renda Fixa	100% CDI	28.199.281	25.318.622
Total			30.499.625	29.696.811

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Tipo	Modalidade	Taxa	2012	2011
CDB DI	Renda Fixa	100% e 100,16% CDI	5.246.528	-

Convênios e Termo de Cooperação:

Banco do Brasil S.A.

Convênio	Tipo	Modalidade	Taxa	2012	2011
002/2008 ANA	Poupança	-	-	-	393.980
TCT 002/2009 PROGERIRH II	CDB	Renda Fixa	100% CDI	-	138.181
020/2007 Ministério Integração	Poupança	-	-	-	261.015
Total					793.176

Os Convênios 002/2008 ANA e 020/2007 Ministério da Integração, bem como o Termo de Cooperação 002/2009 PROGERIRH II se encerraram em 2012.

NOTA 05 - CLIENTES

A Companhia tem procurado realizar negociações com os devedores. Ao analisar os débitos dos seus usuários, propõe aos devedores uma negociação da dívida com o pagamento parcelado da mesma, mediante um termo de acordo. Tal transação é registrada na Contabilidade na rubrica Parcelamentos, sendo baixada do Contas a Receber, conforme processo devidamente formalizado. Em maio de 2010 o Governo do Estado do Ceará editou o Decreto nº. 30.159/2010 que nos § 1º. e 2º. do seu art. 2º. estabeleceu descontos para as tarifas de irrigação, piscicultura e carcinicultura. A Companhia procedeu também à baixa de faturas de usuários que utilizavam águas federais antes das Resoluções nº. 51 e 52 da Agência Nacional de Águas – ANA, reconhecendo indevida a cobrança das mesmas, a qual foi lançada em Perda no Recebimento de Créditos. Abaixo composição do saldo do contas a receber por vencimento:

Títulos por Vencimento 2012

Até 30 dias	5.322.311
31 a 60 dias	142.411
61 a 90 dias	79.704
91 a 120 dias	78.284
Acima de 121 dias	4.086.109
TOTAL	9.708.818

Abaixo quadro demonstrativo do contas a receber por categoria:

Contas a Receber de Usuários	2012	2011
Abastecimento Publico	4.510.488	3.793.997
Industrias	1.159.587	1.047.869
Piscicultura	64.618	43.357
Carcinicultura	687.357	674.718
Irrigacao	286.518	231.689
Agua Mineral	75.564	49.817
Outras Categorias	113.465	10.822
Subtotal	6.897.597	5.852.270

Parcelamento de Contas Curto Prazo	2012	2011
Abastecimento Publico	776.264	895.832
Industrias	41.042	51.350
Piscicultura	16.610	18.792
Carcinicultura	48.889	48.889
Irrigacao	41.391	19.128
Agua Mineral	37.337	43.188
Subtotal	961.533	1.077.179

Parcelamento de Contas Longo Prazo	2012	2011
Abastecimento Publico (SAAE)	1.849.688	2.051.807
Subtotal	1.849.688	2.051.807

Total Contas a Receber	9.708.819	8.981.256
-------------------------------	------------------	------------------

Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.232.358)	(975.412)
---	--------------------	------------------

Os critérios e procedimentos para a cobrança da água bruta estão estabelecidos através da Instrução Normativa 001/2008. Esta IN estabelece também condições, prazos de pagamentos e outras informações pactuadas no parcelamento de débito.

NOTA 06 – ESTOQUES

ESTOQUES	2012	2011
Material de Consumo e Limpeza	47.187	55.911
Material de Expediente	55.965	46.789
Pecas e Equipamentos de Informatica	100.099	98.040
Material de Construcao	32.532	12.629
Manutencao de Veiculos	15.591	5.694
Oleo Para Barco Lubrificantes	3.063	559
Material Eletrico	42.643	28.499
Seguranca e Medicina do Trabalho	9.815	14.613
Ferramenta e Utensilios	2.149	1.970
Material Mecanico	15.244	11.181
Material Hidraulico	337.148	89.874
TOTAL	661.438	365.759

O saldo dos itens Material Hidráulico, Material Mecânico, Material Elétrico e Material de Construção são resultantes da necessidade de manutenções preventivas e corretivas nas diversas estruturas hídricas do Estado do Ceará, além da proximidade da quadra invernososa, quando as manutenções se tornam mais freqüentes. O saldo de Material Hidráulico em especial decorreu para atender demanda de manutenções das estruturas hídricas da região metropolitana de Fortaleza.

O saldo de Peças e Equipamentos de Informática decorre principalmente da aquisição de suprimentos de informática, em especial toner e cartuchos. Os demais itens como: Material de Consumo e Limpeza, Material de Expediente, Manutenção de Veículos, Lubrificantes, Medicina do Trabalho e Ferramentas e Utensílios são utilizados no atendimento das necessidades da Companhia.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de saldo negativo formado em períodos diversos, créditos de PIS e de COFINS conforme Lei n.º10.833/2003, e de valores pagos a maior ou indevidamente. Abaixo segue a discriminação:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2012	2011
Tributos a Recuperar	122.596	112.391
PIS a Recuperar	13.542	11.722
COFINS a Recuperar	109.054	100.669
Tributos a Compensar	237.938	1.478.144
Saldo Negativo IR-2010	-	320.854
Saldo Negativo IR 2011	3.827	1.048.067
Saldo Negativo IR 2012	188.082	-
Saldo Negativo CSLL-2010	-	75.837
Saldo Negativo CSLL- 2011	-	32.126
Saldo Negativo CSLL-2012	42.637	-
ICMS a Recuperar	2.132	
IRRF Recolhido a Maior	1.260	1.260
TRIBUTOS RECUPERÁVEIS	360.533	1.590.535

A Cogerh é contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICMS. No entanto no final de 2012 ocorreram compras de mercadoria que por incompatibilidade com o pedido foram devolvidas. As notas referente a compra destas mercadorias foram incluídas no sistema considerando o ICMS a recuperar, para que ao emitir as notas de devolução o fornecedor pudesse recuperar o imposto. No entanto as notas só foram emitidas em janeiro de 2013, zerando o ICMS a Recuperar apenas nesta data.

A companhia mantém um acompanhamento em relação aos créditos fiscais de maneira a se utilizar, sempre que puder, para quitação de outros passivos tributários.

NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS A EMPREGADOS

A Cogerh firmou em acordo coletivo a possibilidade de conceder empréstimos aos seus funcionários concursados por ocasião da concessão das férias do mesmo no valor de sua remuneração bruta. O pagamento do empréstimo por parte do funcionário é realizado em até dez parcelas sem juros.

NOTA 09 – VALORES A RECEBER DE FORNECEDORES

Os valores contidos nessa conta tratam-se de adiantamentos realizados a fornecedores ou alguma retenção de tributos realizada a maior em consequência de ajuste posterior no valor do pagamento ao fornecedor.

NOTA 10 – CONVÊNIOS RECURSOS PRÓPRIOS

Refere-se a convênios firmados pela Cogeh com entidades sem fins lucrativos atuantes na área de científica e tecnológica, objetivando a troca de informações, tecnologias e conhecimento.

Convênios Recursos Próprios	2012	2011
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	1.061.030	-
Fundacao Astef Fundacao de Apoio a Serv Tecnicos	21.455	21.455
Funceme Fundacao Cearense de Meteorologia	43.199	53.271
Total	1.125.685	74.726

NOTA 11 – DESPESAS ANTECIPADAS

Esta conta é composta por pagamentos relativos a assinaturas de jornais, revistas, periódicos e pagamentos de seguros de vida e de veículos.

NOTA 12 – COMODATO

Refere-se a contrato de comodato realizado junto a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE, cujo objeto foram tubos (canos) que restaram da construção de adutoras após a finalização dos projetos do PROURB. Com o objetivo de finalizar este processo, foi feito um Termo de Doação dos tubos para a CAGECE. O mesmo encontra-se na Procuradoria Geral do Estado - PGE para aprovação do decreto governamental que irá efetivar a doação.

NOTA 13 - DEPÓSITOS EM GARANTIA

Sendo a Cogeh uma sociedade de economia mista, submete-se à Lei 8.666/93, podendo assim, ao contratar com determinada empresa, exigir um valor a título de garantia que venha a resguardar o ente da administração pública. Os valores constantes na conta contábil denominada “Depósitos em Garantia” registram esses referidos valores dado como garantia por ocasião do firmamento do contrato, os quais serão devolvidos após o término do mesmo. Tais depósitos são contabilizados no ativo em contrapartida no passivo, visto o recurso não pertencer a Companhia.

A composição do saldo desta rubrica é a seguinte:

GARANTIAS	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IAG Instituto de Avaliação e Gestão	11.205	7.822
Empresa Ceara Motors	4.382	4.171
Hexis Científica	735	699
Netlan	-	4.407
Totvs S/A	10.350	66.691
Brisanet Presatação Serv Internet	3.984	3.793
Garantia Matheus G Farias	5.342	-
Garantia Glaucia L Gress	2.592	-
Construtora Vlc Ltda	6.458	-
Prática Eventos	8.375	-
Total	<u><u>53.423</u></u>	<u><u>87.584</u></u>

NOTA 14 – AÇÕES/RECURSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

A Companhia possui algumas ações administrativas com o objetivo de obter ressarcimento de valores relativos a saldos negativos de IRPJ e CSLL bem como depósitos judiciais de causas tributárias relativas à PIS e COFINS, ações judiciais trabalhistas e civis, conforme descrição a baixo:

AÇÕES JUDICIAIS	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ações Trabalhistas (a)	10.000	25.519
Ações Tributárias (b)	78.042	105.365
Outras Ações (c)	<u>250.462</u>	<u>250.462</u>
TOTAL	<u><u>338.505</u></u>	<u><u>381.346</u></u>

(a) Refere-se ao processo 02069/2007 tendo como reclamante o Sr. José Almir Franco por pedido de adicional de periculosidade.

(b) Refere-se a um Deposito Recursal de Cofins no valor de R\$ 78.042,37.

(c) Ação cautelar sob nº 2000.0105.6172-3 refere-se a empresa COBAP Comercio e Beneficiamento Artefato de Papel Ltda com alegação de acréscimo injusto e exorbitante na cobrança da tarifa de água.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pedido de Restituição	<u>603.723</u>	<u>603.723</u>
TOTAL	<u><u>603.723</u></u>	<u><u>603.723</u></u>

O saldo de pedido de restituição refere-se a:

Histórico	Valor
SALDO Negativo IRPJ 2006	72.667
Saldo Negativo Ir 2009	268.722
Saldo Negativo CsII 2008	88.924
Saldo Negativo CsII 2009	171.850
Pagamento Indevido De IRRF Sobre Salário	1.559
Total	603.723

NOTA 15 – COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

No final do ano de 2004 foi identificado um desvio de verbas realizado pelo Diretor Financeiro da época, o que motivou a criação de uma comissão de sindicância para apurar o montante desviado. Após a apuração do valor de R\$ 400.308 o mesmo foi registrado em uma conta contábil sob título de "Comissão de Sindicância". À referida ocorrência foi dada a devida publicidade, depois de realizadas as apurações pertinentes. Atualmente existem ações judiciais cíveis e penais, contra o ex-diretor com vistas à obtenção do ressarcimento do valor desviado.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

ATIVO IMOBILIZADO	Taxa %	2012	2011
1 - Obras e Estruturas Básicas	Deprec	52.028.587	52.028.587
1.1 - Obras Civas		317.371	317.371
1.1.1 Comporta Móvel do Rio Curu	4	124.043	124.043
1.1.2 Passagens molhadas	4	193.328	193.328
1.2 - Captação de Água na Superfície		12.719.792	12.719.792
1.2.1 Açude Público Castro	4	3.031.264	3.031.264
1.2.2 Açude Público Jerimum	4	2.086.623	2.086.623
1.2.3 Açude Angicos	4	3.087.570	3.087.570
1.2.4 Açude Público Ubandino	4	4.514.336	4.514.336
1.3 - Captação de Águas Subterrâneas		381.732	381.732
1.3.1 – Poços Reservatórios	4	341.900	341.900
1.3.2 – Poços em Rocha Cristalina	4	39.832	39.832
1.4- Distribuição de Águas na Superfície		38.609.693	38.609.693
1.4.1 Interligação-Pacoti/Riachão	4	2.546.015	2.546.015
1.4.2 Adutoras	4	29.785.964	29.785.964
1.4.3 Recuperação do Canal Trabalhador	10	6.277.714	6.277.714
2 – Edificações		4.107.504	3.271.969
2.1 Prédio da Administração	4	3.972.868	3.137.333
2.2 Outras Construções	4	134.636	134.636
3 - Outros Imobilizados		12.604.704	9.331.519
3.1 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10	4.676.070	4.003.965
3.2 - Móveis, Utensílios e Instalações	10	1.287.180	864.373
3.4 – Instalações	10	1.289.819	49.589
3.5 - Instrumentos e Ferramentas	10	146.562	122.382
3.6 - Semoventes	20	3.133	3.133
3.7 – Veículos	20	3.589.549	2.949.859
3.8 - Equipamentos de Informática	20	1.612.392	1.338.219
TOTAL IMOBILIZADO		68.740.795	64.632.075
4 – Imobilização em andamento		141.633	1.240.230
5 - Depreciação Acumulada (-)		(36.691.510)	(33.226.581)
TOTAL		32.190.918	32.645.724

NOTA 17 - DIFERIDO

ATIVO DIFERIDO	%	2012	2011
Modernização e Recuperação de Açudes	10	849.681	849.681
Obras de Recuperação de Estrutura Hídrica	10	4.958.522	4.958.522
Consultorias PROGERIRH	10	1.654.467	1.654.467
Consultorias PROAGUA	10	443.154	443.154
Consultorias ANA	10	368.379	368.379
(-) Amortização Acumulada		-7.532.245	-6.790.459
Total		741.958	1.483.744

A partir da Medida Provisória n.º 449 de 2008 convertida em nº lei 11.941 de 2009, passou a ser proibida a contabilização no grupo chamado "Diferido".

NOTA 18 – INTANGÍVEL

Uma das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007 foi a criação de um novo grupo contábil dentro do Ativo Permanente, a saber, o grupo do Intangível. Este, na verdade, já existia como subgrupo do Ativo Imobilizado, porém, com as mudanças introduzidas, foi promovido a grupo de contas. Na Cogerh, atualmente os registros neste grupo referem-se a direito de uso de licença de *software*.

INTANGÍVEL	%	2012	2011
Sistema Ponto Eletrônico	20	3.400	3.400
Sistema Informatiza ERP	20	631.566	631.566
Licença Software Visual Modflow	20	19.571	19.571
Outros softwares	20	179.177	179.177
(-) Amortização Acumulada		(288.251)	(204.879)
Total		545.464	628.835

NOTA 19 - FORNECEDORES

Os valores registrados na conta de fornecedores referem-se a aquisição de bens e serviços utilizados pela companhia no cumprimento de suas atividades. A Cogerh mantém contrato com diversos fornecedores, com prazo máximo de pagamento de 30 dias, dentre os quais listamos os dez com maior saldo na data do fechamento do balanço:

FORNECEDORES	<u>2012</u>
Coelce Companhia de Energia do Ceará	1.564.845
Cojak Comercio de Calçados e Equip	395.231
R E F Comercio e Rep Ltda	300.747
Nucleo Inf Com e Serviço Ltda	217.314
Fundacao Getulio Vargas	206.250
Gaiatec Com. e Servicos de Auto	179.530
Totvs As	126.103
Servnac Segurança Ltda	123.964
Abb Ltda	123.824
Construtora S e V Ltda	122.955
North Seguranca Ltda	120.687
Dpm Engenharia Ltda	110.472
Vladia Lima Netto Brandao	105.797
Serviarm Servicos Gerais e Eletronicos L	98.957
Ultramar Importacao Ltda Epp	83.380
Empresa Bras Tecnologia e Admin Convenio	68.445
Centro Pesq Qualiftecnologica CPQT	60.836
GBR Comercio e Servicos Automotivos Ltda	54.570
Programa Comercio Servicos Ltda Epp	42.575
Soluction Logistica e Eventos Ltda	39.900
Mapfre Vera Cruz e Previdencias Sa	37.450
M S V Multi Serv Ltda Me	31.998
Thompson Seguranca Ltda	29.038
Cagece	28.589
Mateus Guerra de Farias	27.052
Clean Environmet Brasil Eng e Com Ltda	21.081
Oficina de Eventos Ltda	18.050
Iag Consultoria Adm e Pesquisa Ltda	17.463
Telemar	17.325
Pro Consultoria – Projetos Consultoria	13.932
Cagece Ducoco	13.581
Super Trafo Manutencao Eletrica Ind Ltda	12.654
Astef Assoc Tec Cient Eng Paulo de Froti	11.002
Demais Fornecedores	156.067
Total	<u>4.583.673</u>

Os fornecedores listados acima se referem a: gastos com energia elétrica principalmente por conta de equipamentos das estações de bombeamento; mão de obra terceirizada administrativa, técnica, limpeza e conservação e de segurança; consultoria na parte de estudos técnicos; locação de máquinas e equipamentos e serviço de usinagem; manutenção de veículos da sede e regionais; fornecimento de combustível e manutenção do sistema ERP.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER

Este grupo de obrigações refere-se a tributos oriundos de apuração mensal dos impostos da companhia bem como aqueles retidos de terceiros por substituição tributária:

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2012	2011
IRRF Terceiros Pessoa Jurídica	20.683	14.056
IRRF Terceiros Pessoa Física	871	60
COFINS nao Cumulativo a Recolher	106.038	160.139
PIS nao Cumulativo a Recolher	23.022	34.767
ISS Retido a Recolher	95.709	73.492
PIS COFINS CSLL a Recolher	97.739	33.339
ISS Retido a Recolher Progerirh	-	83.093
INSS Retido S/ Fatura PJ	216.895	158.886
IRRF S/Prset Servico PF Progerirh	-	55.360
IRRF S/Prest Servico PJ Progerirh	-	14.142
INSS S/Prest Servico PJ Progerirh	-	45.189
ISS a Recolher Convenios	-	2.490
IRRF a Recolher PJ Convenios	-	747
CSLL Mensal a Recolher	22.985	-
Total	583.941	675.759

NOTA 21 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS A RECOLHER

Este grupo refere-se a salários, remunerações e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento da companhia, conforme demonstrativo abaixo.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	2012	2011
Provisão de Ferias	408.543	408.548
INSS a Recolher Folha Pagamento	169.090	198.098
INSS S/Prestação Serviço PF	1.505	918
FGTS	57.643	52.821
IRRF a Recolher Folha de Pagamento	114.083	103.345
Contribuição Sindical a Recolher	1.531	1.334
Pensão Alimentícia	13	13
Empréstimo CDB Consignação	21.577	16.514
INSS S/Prestação Servico PF Progerirh	-	2.030
INSS S/Ferías a Recolher	106.963	126.256
FGTS S/Ferías a Recolher	39.800	36.998
Diarias a Pagar	2.444	-
Total	923.192	946.875

NOTA 22 – BENS RECEBIDOS DE TERCEIROS

Este grupo refere-se a obrigações com terceiros relativo a adiantamento de clientes, depósitos não identificados, bens recebidos em comodato e cedidos por órgãos públicos, conforme demonstrado a baixo:

Outras Obrigações a Curto Prazo	2012	2011
Celpex Industria do Pescado Ltda	461	461
Adiantamento de Clientes	7.176	7.161
Deposito nao Identificado	8.614	0
Bens Recebidos em Comodato	760	760
Bens Cedidos SRH	141.356	226.589
Bens Cedidos ANA	56.074	0
Total	214.442	234.971

NOTA 23 – CONVÊNIOS

Referem-se a repasses financeiros decorrentes de convênios firmados entre o BIRD – Banco Mundial, BNDES e o Governo do Estado do Ceará e Governo Federal, destinados a Cogehr e por ela administrados. Em 2008 e 2009 a Cogehr recebeu recursos de Convênios firmados no final do ano de 2007 com o Ministério da Integração, com a Agência Nacional de Águas e com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

CONVÊNIO	Saldo (Ativo)	(-) Contra Partida COGERH	Compra Ativo Imobilizado - (reconhecimento de receita e despesa conf. Depreciação).	(-) Depreciação e amortização de bens adquiridos com recursos do convênio.	Saldo Convênio (Passivo)
014/2007 ANA (a)	-	-	251.496	(109.971)	141.525
12/2008 SRH-CE (b)	-	-	1.482.999	(148.300)	1.334.699
002/2008 ANA (c)	-	(90.347)	195.207	(80.867)	23.993
002/2009 - PROGERIRH TCT (d)	-	-	2.706.300	(350.875)	2.355.425
TOTAL	-	(90.347)	4.636.002	(690.013)	3.855.642

Abaixo listamos mais informações sobre cada convênio conforme notas:

(a) O convênio ANA Nº 014/2007 teve como objeto a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – Proágua Nacional, por meio de ações de desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais encarregados da gestão dos recursos hídricos e da elaboração de planos, estudos e projetos de interesse do Estado, visando à sustentabilidade da oferta de água em quantidade e qualidade adequadas aos seus múltiplos. O valor global para execução deste convênio é de R\$ 2.600.000,00. O prazo de vigência deste convênio é 31/12/2009, prorrogado para 30/11/2010, tendo em vista que o saldo contábil em 2012 refere-

se à compra de bens para o ativo imobilizado que tem a receita reconhecida apenas no momento do reconhecimento da depreciação do bem.

(b) Convênio SRH/Cogerh Nº 12/2008, o objeto deste convênio foi fundamentado na lei Nº 8.666/93 art. 116 e tem por finalidade a execução de obras para ampliação do Sistema Açude Gavião-Adutora Acarape. A fonte de recurso para execução do objeto provém do Tesouro Nacional, perfazendo valor global de R\$ 1499.523,88, com vigência de cinco meses contados a partir de 01 de setembro de 2008, levando em consideração que este prazo foi prorrogado para 27/02/2010.

(c) O convênio ANA Nº 002/2008 teve por objeto dar apoio institucional às ações de Cadastro, Outorga e Regularização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Estado do Ceará visando o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos contemplando a aquisição de equipamentos e contratação de serviços de apoio para cadastro, outorga de uso da água bruta, licença de obra hídrica e fiscalização. O prazo de vigência deste convênio foi de 29/12/2008 a 31/12/2010 prorrogado para 29/02/2012, com valor global de execução de R\$ 902.662,38 sendo a ANA a responsável pelos repasses financeiros.

(d) O Termo de Cooperação Técnica Nº 002/2009 celebrado entre a Cogerh e a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag teve por objeto a cooperação técnica entre os partícipes. Visando a integração e compartilhamento dos serviços da Rede Governamental, contratados pela Seplag junto a Empresa Telemar Norte Leste S/A, correspondente a comunicação de dados, internet, e imagens conforme extrato de 21/2009, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 17/04/2009. Com prazo de vigência até 05/10/2009 prorrogado para 30/04/2012.

Obs.: No ano 2012, encerraram-se todos os convênios que ainda estavam vigentes. O saldo de R\$ 3.855.642,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais), refere-se a compra de bens para do ativo imobilizado que serão completamente baixados quando totalmente depreciados.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Cogerh responde a algumas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas. Com base na posição de seus consultores legais estas causas judiciais não entraram em curso para o próximo ano. Por isso não foi realizada provisão para causas judiciais no ano de 2012. Abaixo segue quadro de causa classificadas como possíveis:

Nº. PROCESSO	PARTES	VR. CAUSA R\$
120 ações em trâmite, porém, constam apenas 40 como prováveis	Irrigantes	1.800.000,00
02069/2007	José Almir Franco da Silva	23.000,00
00.966-58.2010.5.07.00	José Arimatéia Cavalcante de Sousa	40.000,00
2008.0010.7120-0	Francisco de Assis Bezerra Ribeiro – FBR	2.262.579,53
TOTAL R\$		4.125.579,53

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No período de 2012 o Patrimônio Líquido está composto por três contas, o Capital Social registrado em R\$ 66.891.110, a Reserva de Capital no valor de R\$ 13.034.715 e o Prejuízo Acumulado com R\$ 8.075.620 e Lucro do período apurado em R\$ 3.840.325, com isto o saldo do Patrimônio Líquido totaliza R\$ 75.690.530 conforme demonstrado abaixo:

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 está representado por 66.891.110 ações ordinárias com valor nominal individual de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um valor total de R\$ 66.891.110 (sessenta e seis milhões oitocentos e noventa e um mil, cento e dez reais), composto da seguinte forma:

ACIONISTAS	%	VR.UNIT. R\$	QUANTIDAD E AÇÕES	VALOR R\$
Estado do Ceará	99,99985%	1	66.891.011	66.891.011
Banco do Estado do Ceará- BEC	0,00002%	1	11	11
Cia. Água e Esgoto do Ceará- CAGECE	0,00002%	1	11	11
José Moreira de Andrade	0,00002%	1	11	11
Pedro José Freire Castelo	0,00002%	1	11	11
Francisco José Coelho Teixeira	0,00002%	1	11	11
César Augusto Pinheiro	0,00002%	1	11	11
Rene Teixeira Barreira	0,00002%	1	11	11
Ferrúcio Petri Feitosa	0,00002%	1	11	11
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho	0,00002%	1	11	11
Total	100,00%		66.891.110	66.891.110

b) Reservas

Constituída de recursos referentes a repasses do Governo do Estado para Investimentos, sendo R\$ 11.874.540 (Onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais), de subvenções do Governo do Estado do Ceará, através de convênio Cogeh/Progerirh e R\$ 719.582 (setecentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e dois reais), provenientes de convênio Cogeh/Proágua e R\$ 440.594 provenientes do convênio com a Secretaria dos Recursos Hídricos. Com o advento da lei 11.638/2007, a conta de reserva de capital foi extinta, portanto, os valores recebidos a título de subvenções governamentais não mais podem ser lançados nesta conta e sim transitarem pelo resultado.

c) Ajustes Patrimoniais

No exercício de 2012 foram efetuados lançamentos diretamente em lucros/prejuízos acumulados referente a ajustes de clientes menascentes, fornecedores, amortização, PIS, ajustes em valores patrimoniais e de resultado de convênios, reversão de créditos para liquidação duvidosa e da provisão para causas judiciais. O total de lançamentos a débito foi de R\$ 286.336 e o total de lançamentos a crédito foi de R\$ 516.170, resultando num ajuste líquido de R\$ 863.502, conforme constante na Demonstração das mutações do patrimônio Líquido.

III – DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 26 – RECEITA

III – DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011		
(Em reais - R\$)		
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE	56.594.035	42.016.264
(-) PIS/COFINS	(5.220.259)	(3.883.746)
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE	51.373.776	38.132.517

Em resumo a apuração do resultado do exercício da companhia obteve o seguinte resultado em 2012:

Abaixo detalhamento por categoria da Receita Bruta da Companhia:

FATURAMENTO POR CATEGORIA	2012	2011
Cagece	30.600.551	26.806.230
Prefeituras e Serviços Autônomos	2.317.838	1.909.645
Indústria Isolada	6.203.886	3.417.052
Indústria de Pacajus	2.095.799	1.768.323
Indústria De Maracanaú	5.269.799	4.839.311
Indústrias Complexo Pecem	8.633.945	2.705.613
Piscicultura	43.168	100.403
Carcinicultura	135.330	21.994
Irrigação em Geral	291.266	144.672
Irrigação do Canal do Trabalhador	88.557	75.490
Irrigação Eixao das Águas	469.427	133.199
Água Mineral	187.798	59.252
Demais Usos	256.669	35.079
Total	56.594.035	42.016.263

O aumento do faturamento de 2012 em relação ao ano anterior ocorreu em virtude do aumento do consumo da água, devido à brusca seca que afligiu o Estado do Ceará neste período. Além disso, foram captados novos clientes com o interesse de utilizar a água bruta por uma tarifa mais acessível. Três categorias destacaram-se por este aumento, dentre elas: Indústrias do Complexo do Pecém com aumento de 219% pelo aumento do consumo; novos clientes das Indústrias Isoladas em 82% (aquelas que não pertencem aos Distritos Industriais de

Maracanaú, Complexo do Pecém e Pacajus/Horizonte); e novo centro de tratamento e distribuição de água da Cagece para a Região Oeste da cidade de Fortaleza.

NOTA 27 – CUSTOS DA ATIVIDADE

Abaixo detalhamento dos custos da atividade da empresa:

CUSTO DA ATIVIDADE	2012	2011
Energia Elétrica	9.236.098	4.481.206
Pessoal Terceirizado	9.476.101	7.346.513
Pessoal Quadro Próprio	6.341.078	5.726.681
Depreciação/Amortização	3.291.434	3.415.470
Vigilância de Estruturas Hídricas	2.197.011	1.672.592
Combustíveis E Lubrificantes	814.595	699.403
Telefone	145.468	162.094
Locação de Veículos	591.180	362.262
Manutenção de Veículos	794.204	690.319
Internet	84.888	156.236
Análise Qualitativa Quantitativa de Água	566.861	509.591
Material Elétrico/Hidráulico/Construção	728.297	349.664
Manutenções Estruturas Hídricas	1.744.583	2.954.372
Manutenção de Máquinas/Equipamentos	576.104	1.087.914
Locação de Adutora Cagece	193.772	155.156
Medição de Reguas Liminimétricas	33.423	31.487
Água e Esgoto	15.485	17.322
Fretes Pessoa Jurídica	35.840	35.235
Assessoria e Consultoria Oper.	712.827	836.443
Seguro de Vida	30.278	28.183
Comites de Bacia	187.174	47.039
Outros	34.456	56.233
Total	37.831.157	30.821.413

NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

Na demonstração do resultado do exercício, conforme CPC 26 a despesa operacional está subdividida em despesa com vendas, gerais, administrativas, e outras receitas e despesas operacionais. Nesta demonstração temos despesas tributárias que incluem impostos, taxas, emolumentos e outros tributos. Também despesa comercial totalizada por gastos com pessoal, material, telefone e serviço de terceiros ligados a gerência comercial. Da mesma forma as despesas administrativas abrangem todos os gastos que não estão diretamente ligados a área técnica da empresa.

Abaixo detalhamento quanto à distribuição de todas as despesas operacionais da companhia:

DESPESAS OPERACIONAIS	2012	2011
Energia Elétrica	124.588	119.180
Pessoal Terceirizado	3.726.164	3.374.980
Pessoal Quadro Próprio	4.422.916	3.661.725
Depreciação/Amortização	431.429	320.130
Vigilância de Estruturas Hídricas	206.477	191.112
Combustíveis E Lubrificantes	187.538	195.615
Telefone	87.590	104.411
Locação de Veículos	215.140	134.789
Manutenção de Veículos	177.297	148.782
Internet	2.587	5.169
Despesas Tributárias	10.426	30.949
Materiais e Serviços	841.727	639.570
Locação Copiadoras	13.896	13.225
Seguros	25.988	25.586
Aluguel de Imóveis	108.527	64.926
Manutenção de Softwares	149.152	75.039
Monitoramento de Veículos	59.120	83.618
Correios	42.465	23.685
Passagens Aéreas	56.801	30.093
Seguro de Vida	37.877	36.942
Consultoria/ auditoria	629.021	84.432
Despesas Bancárias	42.234	24.252
Desconto/Perdas no Recebimento de Créditos	198.779	349.483
Total	11.797.738	9.737.691

Fortaleza, 11 de Abril de 2013.

Denilson Marcelino Fidelis
Contador CRC-CE 015436/O-6

Francisco Rennys Aguiar Frota
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Diretores do

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH

Nesta,

Prezados Senhores,

Examinamos as demonstrações contábeis da Cogeh, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cogeh em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixas para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Verificamos que a empresa não revisou o valor de seus ativos para verificar se existiam indicadores de Impairment e que a depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela legislação federal em vigor, admitindo-se que elas refletem o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Fortaleza, 09 de abril de 2013.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9

José Teixeira de Souza Filho
Contador – CRC-CE-004702/O-6

Rafael Miranda de Figueiredo
Contador – CRC-CE-020880/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – Cogeh, abaixo assinados, considerando o disposto nos incisos VI e VII do art. 163 da Lei nº. 6.404/76 examinaram e opinaram pela aprovação das demonstrações contábeis da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2012.

Fortaleza, 12 de Abril de 2013.

Denise Sá Vieira Carrá
Conselheira
Presidente

Luciana Mendes Lobo
Conselheira

José Sergio F de Azevedo
Conselheiro